



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 02/2024

PROCESSO n.º 20.392/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO, PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO E VIA WEB DAS SESSÕES PLENÁRIAS E EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.

DATA DA REALIZAÇÃO: 13/12/2024

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14h.

AMBIENTE ELETRÔNICO: O Pregão ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, através da plataforma BR CONECTADO, no endereço eletrônico: <http://www.licitacaocmaruja.com.br/>, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Recebimento das propostas.

As propostas serão recebidas até às 14h do dia 13/12/2024, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

Abertura das propostas:

As propostas serão abertas às 14h do dia 13/12/2024

Início da disputa de preços:

A sessão eletrônica iniciar-se-á às 14h30min. do dia 13/12/2024

Todas as referências de tempo do edital e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES: Rua Rodrigues Alves, n.º 51 – Centro – Arujá/SP, CEP: 07400.575, telefone 011-4652-7000 ou 4652-3193, e-mail: licitacao@camaraaruja.sp.gov.br Os esclarecimentos prestados e as decisões sobre eventuais impugnações serão disponibilizados na página da Internet <http://www.camaraaruja.sp.gov.br> e encaminhados aos interessados.

O PREGOEIRO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, Sr. **GIULIANO KENJI YAMASHITA** usando de suas atribuições legais conferidas pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Arujá nº 694/2024, de 30 de janeiro de 2024, torna público que se acha aberta nesta Casa de leis, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

1. – OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços de captação de áudio e vídeo, produção, gravação e transmissão ao vivo e via web das sessões plenárias e eventos da Câmara Municipal de Arujá com fornecimento de mão de obra e equipamentos. Estão vinculados à futura contratação objeto deste Edital, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta declarada vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.2.** Caso no momento da elaboração das propostas seja verificado divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico do PORTAL DE COMPRAS e as especificações constantes deste Edital, ou ainda, divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecem válidas as do Edital.

2. – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.
- 2.2.** Os interessados deverão, além de atender as demais exigências constantes neste edital e seus anexos, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no item 3 deste edital.
- 2.3.** Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que estejam sob os efeitos da Declaração de Inidoneidade ou de Suspensão do direito de licitar e contratar com a esfera de governo municipal.
- 2.3.1.** Fica autorizada a participação de empresa que se encontre em recuperação judicial mediante a apresentação do plano de recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.
- 2.4.** Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o contrato, ou seja, caso participe como matriz deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

como filial deverá fazê-lo em nome da filial. Fica vedada a execução do contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participantes do certame.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações.

2.6. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. O licitante que se enquadrar em quaisquer das previsões contidas no artigo 14, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3. Conforme delineado no Termo de Referência, ou no ETP ou SD e complementos, sob justificativa técnica e econômica, NÃO será permitida:

I. a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

II. a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa.

2.6.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, extensivo a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.5 Considerando o artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, a proponente interessada em participar do certame deverá juntamente com a proposta de preços apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. A garantia de proposta deve ser de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. A garantia de proposta poderá ser seguro-garantia; A garantia de proposta não se confunde com a garantia de contrato a qual será exigida, nos moldes previsto no Edital.

3 – CADASTRO PRÉVIO DOS LICITANTES

- 3.1.** A participação no presente Pregão Eletrônico dar-se-á mediante realização de sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema PORTAL DE COMPRAS, disponível no endereço eletrônico: <http://www.licitacaoamaruja.com.br/>
- 3.2.** Os interessados deverão acessar o PORTAL DE COMPRAS da Câmara Municipal de Arujá para, na plataforma da BR CONECTADO, se cadastrar previamente como FORNECEDOR; inscrição que deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao horário fixado neste Edital para o recebimento das propostas.
- 3.2.1.** Havendo necessidade de contato com a BR CONECTADO para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma, realizar contato via telefone: (081) 3877-1397 e / ou e-mails: comercial@brconectado.com.br; boletos@brconectado.com.br.
- 3.3.** Para obter acesso aos serviços do PORTAL DE COMPRAS da Câmara Municipal de Arujá:
- 3.3.1.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à BR CONECTADO, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante TABELA DE PREÇOS com valores por plano de acesso, informados na página do CADASTRO DO FORNECEDOR;
- 3.3.2.** Deverão ser preenchidas as informações dos campos para a identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física com os respectivos dados, fornecida a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- a) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
- b) Demais documentos exigíveis pelo PORTAL DE COMPRAS / BR CONECTADO.
- 3.4.** O acesso do Licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento dos documentos de habilitação nos termos do item 10.2 deste Edital, encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de login e senha privativa pela BR CONECTADO.
- 3.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5.1.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 3.6.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 3.7.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

3.8. Ao enviar PROPOSTA INICIAL o licitante declarará que conhece e concorda com todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que até a data de apresentação da proposta inicial inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, declara também, que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, inciso XXXIII, da CF).

3.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

4. – RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A despesa total, estimada em R\$ 257.354,50 (Duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), onerará as seguintes dotações orçamentárias:
01.00.00.01.02.00.01.02.01.01.0310002.2002.3.3.90.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.

5. – INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O edital da presente licitação poderá ser adquirido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos:
<https://www.licitacaocmaruja.com.br/> (onde haverá o direcionamento à respectiva página para download).

5.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

5.2.1. A Secretaria Jurídica da Câmara Municipal de Arujá responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos ANEXOS.

5.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser enviadas pelo sistema: <https://www.licitacaocmaruja.com.br/> ou através do e-mail licitacao@camaraaruja.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

5.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites <https://www.licita-caocmaruja.com.br> e www.camaraaruja.sp.gov.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no edital, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.6. Contato: Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Arujá, situado à rua Rodrigues Alves nº 51 - Centro - Arujá, no horário compreendido entre 8h e 17h. Telefones: (11) 4652-7000 / 4652-3192

6. – ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

6.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema a PROPOSTA até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

6.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 6.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.6.** A falsidade das declarações de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133 de 2021, e neste Edital.
- 6.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.11.** A proposta adequada enviada após o término da etapa competitiva conforme item 8.18 do Edital prevalecerá sobre a proposta inicial.
- 6.12.** O encaminhamento da proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos.
- 6.12.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.12.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.13. O licitante **não poderá se identificar no preenchimento da proposta**, sob pena de ter sua proposta DESCLASSIFICADA.

6.14. Na proposta formulada e ofertada deverá estar expresso:

- a)** Valor unitário e global do item proposto e demais especificações;
- b)** Prazo de validade da proposta, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da sessão pública do Pregão;
- c)** Prazo de entrega do bem e condições de pagamento.

6.15. No preço proposto deverão também estar contemplados todos os custos diretos e indiretos porventura ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

6.15.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

6.16. No ato do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, o licitante deverá declarar em campo próprio o tipo de enquadramento de porte de sua empresa (Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Cooperativa - COOP, ou Outras Empresas - OE).

6.17. Após a abertura do pregão não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

7 – ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o item 9, em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.1. Na abertura das propostas, como medida excepcional, poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.2.1.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8 – ETAPA COMPETITIVA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 8.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 8.2. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO/FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante dispõe o Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 8.3. A sessão de lances será gerenciada pelo Pregoeiro, sendo disputados:
- 8.3.1. 1 (um) item único.
- 8.3.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.4. Na classificação das propostas será levado em conta o menor preço global proposto por item, devendo ser respeitado(s) o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) constante(s) no Anexo I.
- 8.4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 8.5.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 8.5.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 8.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 8.6.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 8.6.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 8.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.5 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.8. A etapa de lances da sessão pública na etapa aberta terá duração de 15 (quinze) minutos de lances corridos e, após isso, até 10 (dez) minutos de lances aleatórios, com fechamento iminente dos lances.
- 8.8.1. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com valores até 10% superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.
- 8.8.2. Não havendo no mínimo 3 ofertas, nas condições acima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final e fechado. Ou seja, chamam-se mais 3, se houver.
- 8.9. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.
- 8.10. Durante a sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.
- 8.11. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.
- 8.12. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.
- 8.12.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.13. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 8.13.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 8.15. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte haverá a aplicação dos critérios de sorteio previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 8.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto/fechado.
- 8.16.1. Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.16.1.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 8.16.1.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.16.1.1 na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;
- 8.16.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.16.1.1, será realizado sorteio eletrônico entre elas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.
- 8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro DEVERÁ encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

8.17.2. Havendo contraproposta aceita, o pregoeiro detalhará seu valor no sistema.

8.18. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, através do sistema <https://www.licitacaocmaruja.com.br/>, no campo referente à inclusão de anexos da proposta, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail licitacao@camaraaruja.sp.gov.br, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.18.1. O prazo de 2 (duas) horas poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA

9.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta classificada em primeiro lugar apresentada, preferencialmente formulada em papel timbrado do licitante, rubricada e assinada por representante legal da empresa, com as especificações e condições do edital.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas –CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 9.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.8. No julgamento das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 9.8.1. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.
- 9.8.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 9.9. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.
- 9.10. O Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.
- 9.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão de ata divulgada no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.
- 9.12. Será desclassificada a proposta que:
- 9.12.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 9.12.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 9.13. No caso de serviços em geral é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.13.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 9.13.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 9.13.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.14. Será exigida a apresentação de catálogo, encarte, folhetos técnicos ou folders, conforme disciplinado no Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

9.14.1. Na condição de arrematante, o licitante deverá apresentar, no prazo de 02 (duas) horas, juntamente com a proposta atualizada, aos cuidados do(a) pregoeiro(a), catálogo, encarte, folhetos técnicos ou folders do(s) lote(s) arrematado(s), de acordo com os itens relacionados no TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

9.15. No caso de não haver entrega do(s) catálogo, encarte, folhetos técnicos ou folders ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16. Se o(s) catálogo, encarte, folhetos técnicos ou folders apresentados pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado; seguir-se-á com a verificação, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.17. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do edital, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da habilitação.

10 – HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do pregoeiro ou da comissão de contratação quando o substituir.

10.1.2. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

10.1.3. O Pregoeiro, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.1.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

10.2. Conforme disposto no item 3.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.2.1. Habilitação jurídica:

10.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

10.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.1.8 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal nº 123/2006:

10.2.1.8.1. Certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

10.2.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;

10.2.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

10.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

10.2.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.2.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.2.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.2.4. Qualificação Técnica:

10.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante com o objeto da licitação.

10.2.4.2. Apresentação de quantas certidões técnicas se fizerem necessárias para que comprove que a licitante possui aptidão necessária para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, e desempenhado de forma satisfatória

10.2.4.3. Apresentação de certidão de implantação e administração de infraestrutura própria de servidores para armazenamento e publicação de sistemas web no ambiente tecnológico similar ao da contratante.

10.2.5. Declaração, expressa e sob as penas da lei (ANEXO II), de que:

- a) A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.

g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Câmara, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Vereadores.

i) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

10.2.6. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2.7. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

10.2.8. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

10.2.8.1. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

10.2.9. Para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido as ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente restrição, sendo-lhes assegurado prazo para regularização conforme previsão contida na Lei Complementar Federal nº 123, devidamente atualizada.

10.2.9.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2.10. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, referente a regularidade dos licitantes relativamente ao CNPJ, como condição de sua habilitação, será confirmada pela Administração nos termos da Instrução antes mencionada, devidamente atualizada.

10.2.11. Os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.

10.2.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11 – INSTRUÇÕES E NORMAS INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá, no prazo de 02 (duas) horas corridas, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.7. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso deverá ser enviada através do sistema <https://www.licitacaocmaruja.com.br/>, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail licitacao@camaraaruja.sp.gov.br ou protocolada diretamente na Secretaria da Câmara Municipal de Arujá, situado à rua Rodrigues Alves nº 51 – Centro – Arujá/SP, no horário compreendido entre 08h e 17h.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

11.8.A falta de manifestação motivada do licitante, nos termos do item 11.1, importará a decadência do direito de recorrer, liberando assim a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor.

12 – ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

12.1.O julgamento e aprovação das propostas, bem como a adjudicação do objeto licitado a vencedora serão feitos pelo Pregoeiro, cabendo a autoridade competente a homologação de todo o processado.

12.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para firmar a contratação, conforme condições definidas neste Edital.

13 - AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DO OBJETO

13.1.Sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, o licitante adjudicatário, após o Contratante ter-lhe enviado a Autorização de Entrega do Objeto por e-mail ou outro meio hábil, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para o início da contagem do prazo de entrega.

13.2.O não cumprimento do disposto no item 13.1 ensejará a pena de decair do direito de fornecer, facultando ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021; ou revogar a licitação, independentemente das cominações previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.O Departamento requisitante da Câmara Municipal de Arujá realizará a vistoria, execução, e recebimento do objeto correspondente a Autorização de Entrega do Objeto e prestará toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

13.4.Toda e qualquer alteração que se fizer necessária para a Autorização de Entrega do Objeto, deverá ser formalizada.

13.5.Como condição para emissão da Autorização de Entrega do Objeto respectiva, durante a execução do mesmo, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

14 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Autorização de Entrega do Objeto nos termos do item 13.1 deste Edital, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

15 – DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DO OBJETO

15.1. Independentemente de interpelação judicial, a Autorização de Entrega do Objeto poderá ser rescindida nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 137.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações do CONTRATANTE:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

16.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

16.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.7. Cientificar a Secretaria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes na Autorização de Entrega do Objeto, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

17.1.1. Entregar, quando for o caso, o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

17.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

17.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.1.17. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

17.1.17.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas (Notificação 14369_2023 Ministério Público do Trabalho_proc 113654_2023).

18 – DA EXECUÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 18.1. O licitante vencedor deverá EXECUTAR o objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações específicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, mediante Autorização de Entrega do Objeto emitida pela Câmara Municipal de Arujá.
- 18.2. O fornecimento do objeto deste Edital deverá ser executado nos termos do ANEXO I.
- 18.2.1. Os fornecimentos de forma discrepante com o objeto contratado através da presente licitação deverão ser refeitos / corrigidos / trocados de conformidade com o determinado pela fiscalização imediatamente ao recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Instrumento Contratual.
- 18.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 – DO RECEBIMENTO

- 19.1. Os bens adquiridos serão recebidos definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Câmara Municipal de Arujá.
- 19.2. Na hipótese da não aceitação do(s) bem / bens, o CONTRATANTE notificará o CONTRATADO das irregularidades, registrará o fato e estipulará prazo máximo para correção do(s) vício(s) mediante a lavratura de Termo de Constatação de Irregularidade – T.C.I. , sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.
- 19.3. O CONTRATADO deverá sanar a(s) irregularidade(s) conforme determinação da fiscalização do CONTRATANTE.
- 19.3.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo determinado, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

19.4.1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos bens, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

19.5. Não será aceito preço divergente do constante no Instrumento Contratual.

19.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o bem em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do Contratado pela qualidade e garantia do objeto.

20 – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

20.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da(s) entrega(s) do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

20.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

20.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

21 – DOS REAJUSTES

21.1. O valor devido pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ poderá ser reajustado, pela variação do IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, nos termos do Decreto 48.326, de 12/12/2003.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

21.2. A atualização dos preços poderá ser processada, em caso de prorrogação do contrato, a cada período completo de 12 (doze) meses, tendo como referência, o mês de apresentação da proposta.

22 –DOS PAGAMENTOS

22.1. O pagamento devido será feito em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento definitivo do objeto e respectiva nota fiscal/fatura devidamente assinada pelo Departamento requisitante.

22.2. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do ANEXO I do presente edital.

22.3. O pagamento deverá ocorrer através de boleto ou crédito em conta corrente, devendo o Contratado indicar o banco para recebimento.

22.4. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor do CONTRATADO, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

23 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

23.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.1.5. Fraudar a licitação;

23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

23.3.2. As peculiaridades do caso concreto

23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

23.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação da Câmara Municipal de Arujá, quando exigível.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24 – DOS ANEXOS

- 24.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I – Termo de Referência (TR).

ANEXO II – Termo de Declaração.

ANEXO III – Declaração de Habilitação.

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Empresas ME/EPP

ANEXO V – Proposta Comercial

ANEXO VI – Minuta do Contrato

ANEXO VII – Modelo de Procuração



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

24.2.O Edital e seus Anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgados no sítio eletrônico oficial (www.camaraarujá.sp.gov.br) na mesma data de divulgação do Edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

25 – DA PUBLICIDADE

25.1.A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo facultada, a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Arujá.

25.2.Sem prejuízo do disposto no item 25.1, o edital será publicado no Diário do Município, no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

25.2.1. A interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Estado e, facultativamente, por meios eletrônicos.

25.3.Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no item 25.1, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1.A Câmara Municipal de Arujá no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

26.1.1. Nas hipóteses em que no exercício de suas competências seja necessário o tratamento de dados pessoais, serão fornecidas informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em anexo deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

26.1.2. Os itens expressos neste Edital que fazem referência aos direitos e princípios expressos na Lei nº 13.709/2018, não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria.

26.1.3. O CONTRATANTE e o CONTRATADO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, conforme aplicável inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterá o objeto, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do objeto contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se o CONTRATADO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado no contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

- d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;
- e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONTRATADO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONTRATADO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal n. 13.709/2018.

26.1.4. O CONTRATADO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

26.1.5. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

26.1.6. O CONTRATADO cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

26.1.7. O CONTRATADO deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

26.1.8. O “Encarregado” do CONTRATADO manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

26.1.9. A critério do Encarregado do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente da execução do objeto do contrato, no tocante a dados pessoais.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

26.1.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal n. 13.709/2018.

26.2.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3.A aceitação da proposta vencedora obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

26.4.Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

26.5.O licitante vencedor da presente licitação fica obrigado a executar integralmente o objeto, ora licitado.

26.6.O licitante vencedor se obriga, quando aplicável, a prestar, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, a garantia relativa ao objeto nos termos estabelecidos no Anexo I, caso aplicável.

26.7.Ao apresentar suas propostas, os licitantes concordam em assumir inteira responsabilidade pelo perfeito fornecimento dos bens.

26.7.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

26.7.2. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.8. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e seus anexos.

26.8.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

26.8.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9.A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

26.10.O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

26.11.A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caibam os licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

26.12.Não será permitido o recebimento do objeto licitado sem que a Câmara Municipal de Arujá emita, previamente, a respectiva **AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DO OBJETO**.

26.13.É facultado ao Município rescindir o Contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.14.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e deverão ser formalizadas através de competente termo aditivo submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

26.14.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.15. Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente licitação.

26.16. Para todas as questões suscitadas na execução do objeto, não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021, o foro será o da Comarca de Arujá, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.17. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme item 25 e afixado no endereço eletrônico: <https://www.camara-arujá.sp.gov.br>

Arujá, 02 de dezembro de 2024

Giuliano Kenji Yamashita
Agente de Contratações



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ART. 28, I da Lei 14.133/21.

1. OBJETO

- 1.1** Contratação de empresa para prestação de serviços de captação de áudio e vídeo; produção; gravação e transmissões, ao vivo e via web, das sessões plenárias e eventos da Câmara Municipal de Arujá com fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários.

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO:

2.1 TRANSMISSÕES

2.1.1 A transmissão das sessões plenárias deverá ser feita de forma integral e ao vivo pelo canal do Youtube da Câmara Municipal de Arujá e demais canais caso seja solicitado pela Edilidade;

2.1.2 A equipe técnica da empresa contratada deverá chegar a Câmara no mínimo com 1(uma) hora de antecedência para o preparo dos trabalhos de captação e transmissão;

2.1.3 A prestação de serviços inclui as seguintes estimativas:

2.1.4 Sessões Ordinárias promovidas pela Câmara Municipal em número de 52 (cinquenta e duas), nos dias e horários regimentais;

2.1.5 Sessões Extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal, em número estimado de 30(trinta) sessões anuais;

2.1.6 Sessões Solenes realizadas pela Câmara Municipal, em número estimado de 10(dez) sessões anuais;

2.1.7 Audiências Públicas realizadas na Câmara Municipal, em número estimado de 10(dez) sessões anuais;

2.1.8 Convocações de agentes públicos realizadas na Câmara Municipal, em número estimado de 6(seis) sessões anuais;

2.1.9 Eventos realizados na Câmara Municipal, em número estimado de 15(quinze) eventos anuais;

2.1.10 Eventos realizados pela Escola do Legislativo, em número estimado de 7(sete) eventos anuais;

2.1.11 A contratada deverá ser avisada com uma antecedência mínima de 24 horas da realização das Sessões Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas, Convocações de Agentes públicos e Eventos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

2.1.12 As sessões ordinárias ocorrerão nos dias e horários regimentais, podendo ser alterada previamente;

2.1.13 O serviço poderá ser requisitado para prestação a qualquer tempo do período de execução, incluindo finais de semana, feriados e horários noturnos.

2.1.14 É vedado à contratada, durante os períodos de transmissões veicular qualquer tipo de propaganda;

2.1.15 A Contratada poderá utilizar e exibir conteúdo, vinhetas e outros materiais fornecidos pelo departamento de Comunicação e Imprensa da Câmara Municipal;

2.1.16 As transmissões deverão ser alternadas entre as câmeras, sempre com preferência na presidência ou quem estiver fazendo uso da palavra, utilizando planos fechados, e abertos, bem como contra planos em votações nominais e em outras ocasiões pontuais conforme a necessidade do momento;

2.1.17 É vedado à contratada expressar opiniões ou comentários, fazer menções de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou negatificação de imagem de autoridades, vereadores ou servidores públicos;

2.1.18 Todas as transmissões a serem executadas pela contratada terão caráter informativo visando dar ampla publicidade aos atos do Poder Legislativo;

2.1.19 A contratada deverá cumprir as ordens de serviço recebidas pelo Poder Legislativo na execução da prestação de serviço;

2.1.20 Realizar a transmissão no canal do Youtube da Câmara de Arujá e demais canais com qualidade sonora e de imagem de 1080p ou superior;

2.1.21 É estimada a execução de aproximadamente 130 (cento e trinta) transmissões, pelo período de 12 (doze) meses de execução do contrato.

2.2 EQUIPAMENTOS DE HARDWARE E VÍDEO:

No intuito de garantir o formato de transmissão pretendido e a qualidade dos serviços prestados, requer-se da empresa contratada seguir as normas abaixo com a utilização por dos seguintes equipamentos, atendendo no mínimo as seguintes quantidades e configurações:

a) no plenário:

2.2.1 - 4 Câmeras FULL HD (1920x1080) fixas, cada qual focando: O Presidente da Câmara, o Primeiro Secretário, e as Tribunas;

2.2.2 - 4 Câmeras FULL HD (1920x1080) móveis PTZ (com movimentos de PAN, TILT e ZOOM). Posicionadas para cobertura total da sessão, com capacidade de cobrir toda a mesa, entregas de títulos à frente da Mesa Diretora, todos os vereadores individualmente em sua mesa, tribunas, galeria, plateia;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

2.2.3 - Computador servidor compatível com os equipamentos e softwares licenciados de broadcasting (originais) com suporte ao NVGNC necessários para garantir a transmissão das sessões pelo Youtube em qualidade FULL HD e atendimento de toda demanda;

2.2.4 - Computador compatível para garantir uma gravação backup simultaneamente a transmissão;

2.2.5 - Placas de captura compatível;

2.2.6 - Uma (01) Mesa Vídeo profissional para corte de 8 ou mais câmeras;

2.2.7 - Cabos de áudio e vídeo blindados malha de zinco 97% ou compatível.

b) no salão nobre:

2.2.8 - 4 Câmeras FULL HD (1920x1080) móveis PTZ (com movimentos de PAN, TILT e ZOOM). Posicionadas para cobertura total dos eventos;

2.2.9 - Computador servidor compatível com os equipamentos e softwares licenciados de broadcasting (originais) com suporte ao NVGNC necessários para garantir a transmissão das sessões pelo Youtube em qualidade FULL HD e atendimento de toda demanda;

2.2.10 - Computador compatível para garantir uma gravação backup simultaneamente a transmissão;

2.2.11 - Placas de captura compatível;

2.2.12 - Uma (01) Mesa Vídeo profissional para corte de 4 ou mais câmeras;

2.2.13 - Cabos de áudio e vídeo blindados malha de zinco 97% ou compatível.

c) normas gerais:

2.2.14 - Todo equipamento de hardware e vídeo será fornecido em comodato;

2.2.15 - Toda instalação, configuração e manutenção dos equipamentos ficam de responsabilidade da contratada;

2.2.16 - Qualquer defeito ou dano dos equipamentos durante a operação será de responsabilidade da contratada, devendo ser substituído no prazo máximo de até 48 horas ou 2(dias) antes da utilização na Câmara;

2.2.17- Excetuam-se dos itens a serem cedidos, o equipamento de projeção e o sistema de áudio e multimídia, já disponíveis na Câmara Municipal de Arujá. Para esses equipamentos, a CONTRATADA deverá providenciar apenas os dispositivos necessários à conexão;

2.2.18 - A licitante poderá, a seu critério, utilizar equipamentos adicionais que julgar necessários à geração das imagens, com vista à boa qualidade da transmissão.

2.2.19 - Os equipamentos serão de integral responsabilidade da contratada, que deverá mantê-los em perfeito estado de funcionamento, garantindo a manutenção e efetuando os reparos, sempre que necessários, dando cobertura com equipamento



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

semelhante no caso de o período em assistência técnica ultrapassar o prazo até o próximo evento, sem prejuízos à execução dos serviços;

2.2.20 - Qualquer equipamento que atingir o prazo de vida útil deverá ser substituído.

2.3 – CAPTAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO E EDIÇÃO:

2.3.1 - As transmissões deverão ser alternadas entre as câmeras, sempre com preferência na presidência e ou quem estiver utilizando a palavra.

2.3.2 - A captação de imagens deve ser feita de forma dinâmica, explorando vários planos, evitando a imagem estática, com movimentos utilizados comumente em televisão – zoom, panorâmicas, closes – quando possível, não consistindo em meramente deixar a câmera parada.

2.3.3 - A empresa contratada deverá primar pela qualidade das imagens, evitando imagens borradas, fora de foco, cortadas, com conteúdo incompleto, assim como som inaudível, com eco ou ruídos.

2.3.4 - Criar toda a identidade visual, tais como vinhetas de abertura e fechamento, vinheta de recesso;

2.3.5 - A contratada poderá, a seu critério, utilizar equipamentos adicionais que julgar necessários geração das imagens, com vista à boa qualidade da transmissão.

2.3.6 - É de responsabilidade da contratada garantir a operação dos equipamentos por profissionais capacitados.

2.4 - INSTALAÇÃO

2.4.1 - Toda a infraestrutura externa para a instalação, ativação e equipamentos (Cabos, equipamentos, conectores, etc.) dos serviços ora contratados não deverá gerar qualquer ônus para a Câmara Municipal de Arujá;

2.4.2 - A CONTRATADA deve realizar a instalação e configuração de todos os recursos de sua propriedade, necessários à realização dos serviços, dentro do horário de expediente deste órgão compreendido entre as 8:00 e às 17:00, de segunda a sexta-feira;

2.4.3 - Todos os componentes empregados nas infraestruturas de rede elétrica e de comunicação entre os equipamentos deverão ser fixados de forma que não danifiquem qualquer instalação já existente. Contudo, se durante a instalação ocorrer qualquer dano não previsto (quebra de parede, piso, revestimento, rachaduras, rompimento de dutos, etc.), este deverá ser reparado pela CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE

2.4.4 - O recebimento do serviço dar-se-á pela Câmara Municipal de Arujá definitivamente nos prazos estabelecidos e após a verificação da qualidade dos serviços



C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

disponibilizados e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes;

2.4.5 - A não aceitação pela Câmara Municipal de Arujá devido a não conformidade com a especificação técnica poderá resultar no adiamento do pagamento até que as condições estabelecidas sejam atendidas e eventuais sanções.

2.4.6 - Prazo de instalação após ordem de serviço é de até 10 (dez) dias.

2.5 – EQUIPE TECNICA

2.5.1 – A contratada manterá durante a execução dos serviços uma equipe plenamente capacitada, devidamente uniformizada e identificada, para a execução dos serviços contendo, no mínimo, 1 (um) operador do sistema de captação e transmissão, 1 (um) assistente de controle de qualidade e 1 (um) coordenador geral;

2.5.2 – Em caso de transmissão simultâneo no plenário e salão nobre a contratada deverá manter duas equipes, uma em cada ambiente.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses.

4. NATUREZA

A contratação é caracterizada como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

5. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Realizado estudo técnico preliminar (ETP) nº 003/2024.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A publicidade dos atos da Gestão é um dos princípios basilares da Administração Pública e está prevista no Art.37 da Constituição Federal.

6.2. Com objetivo de atender a um dos direitos básicos de cidadania: o direito à informação. Por meio dos canais de comunicação, o cidadão pode se inteirar do Legislativo e acompanhar em tempo real as sessões ordinárias, extraordinárias e as audiências públicas que acontecem na Sede do Legislativo. A Canal Câmara Web é, portanto, um elo com a sociedade, na medida em que não apenas divulga com isenção ampla e objetiva o trabalho parlamentar, mas também incentiva uma resposta do público com a Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

6.3. A participação popular na rotina legislativa é de suma importância. Muito embora o plenário esteja aberto aos cidadãos que podem acompanhar as sessões presencialmente, muitos outros não conseguem se deslocar até a sede da Câmara para fazê-lo. Nos períodos de restrição impostos pela pandemia de coronavírus, ademais, fez-se necessário suspender em mais de uma ocasião a presença do público, mais uma situação em que a transmissão ao vivo se fez fundamental.

6.4. O Canal Câmara web é um instrumento de comunicação eficaz e democrático, pois, um parlamento aberto deve preconizar transparência, participação cidadã, inovação no uso de tecnologias, fortalecimento da integridade e responsabilidade parlamentar.

6.5. A média apurada do último período, de um ano, de transmissão foi de 123 sessões anuais, contando sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, convocação de agentes públicos e eventos. Restou configurado que o número citado foi insuficiente, considerando o advento das transmissões dos eventos da “Escola do Legislativo” e “Procuradoria da Mulher”. Sendo, necessário, portanto, o aumento no número previsto de transmissões.

6.6. Por fim, a Câmara Municipal não possui hoje insumos, recursos e pessoal técnico especializados para conduzir a referida transmissão por meios próprios, razão pela qual a contratação de uma empresa com essa expertise se faz imperiosa.

7. AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO

A aquisição / contratação do presente objeto não se enquadram na definição de parcela de um mesmo serviço, compra ou alienação, tendo em vista que até a presente data não foi autuado nenhum processo de mesmo objeto no ano corrente.

8. ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente contratação se enquadra como LICITAÇÃO e será na modalidade PRE-GÃO, Lote único, Tipo Menor Preço.

9. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia da contratação dos art. 96 e ss da Lei 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

11. DA FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. DO PRAZO: 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço. (OS)

11.2. DO LOCAL: O serviços serão executados no plenário da Câmara Municipal de Arujá, sito à Rua Rodrigues Alves, n.º 51 – Centro – Arujá/SP, correndo por conta da licitante vencedora as despesas de carga/descarga, embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

11.3. DO RECEBIMENTO

Em conformidade com o art. 140, II, da Lei 14.133/21, o objeto desta contratação será recebido:

C.1 PROVISORIAMENTE: no ato de entrega, pelo Sr. Wagner José da Silva (Gestor de Contratos) e pelo Sr. Giuliano Kenji Yamashita (Encarregado de Informática), para efeito de verificação da conformidade com este termo (quantidade, tipo, serviços e especificações técnicas);

i. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo máximo de 10 dias, a contar da notificação da contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

C.2 DEFINITIVAMENTE: em até 15 dias, contados do recebimento provisório pelo Sr. Wagner José da Silva (Gestor de Contratos) e pelo Sr. Giuliano Kenji Yamashita (Encarregado de Informática) ou da conclusão das pendências apontadas pela fiscalização. Em caso da montagem e configuração dos equipamentos acontecer no local, a licitante vencedora terá o prazo de montagem de 5 (cinco) dias úteis para realizar o mesmo, somente após a devida montagem e configuração será considerado a entrega definitiva do objeto.

12. VISTORIA TÉCNICA

12.1. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto. A visita técnica é recomendada, porém não obrigatória, para que os licitantes interessados em participar do certame possam verificar, previamente, a situação atual, localização, entre outras características técnicas que podem influenciar na formulação da proposta comercial.

12.2. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto. A visita técnica é recomendada, porém não obrigatória, para que os licitantes interessados em participar do certame possam



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

verificar, previamente, a situação atual, localização, entre outras características técnicas que podem influenciar na formulação da proposta comercial.

- 12.3.** A visita técnica deverá ser realizada dentro do horário de expediente, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h, até 2 (dois) dias úteis antes da data da Sessão Pública de Licitação. O agendamento prévio poderá ser realizado através do telefone (11) 4652-7000 ou pelo e-mail licitacao@camaraaruja.sp.gov.br, em horário comercial, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis da data de realização da Sessão e será acompanhada pelo servidor Giuliano Kenji Yamashita.
- 12.4.** Na data e horário agendados para visita técnica, o proponente deverá apresentar o documento pessoal e os dados da empresa, onde será fornecido um atestado para que faça juntada aos documentos necessários à sua habilitação.
- 12.5.** Todas as Dúvidas Técnicas somente serão esclarecidas no horário da Visita Técnica ou através das formas de consultas legalmente indicadas no edital e registradas pessoalmente no protocolo da Câmara Municipal de Arujá, não sendo fornecidas informações via telefone, e-mail ou aplicativos de mensagens.

13. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores Sr. Wagner José da Silva (Gestor de Contratos) e pelo Sr. Giuliano Kenji Yamashita (Encarregado de Informática) que serão responsáveis pelo recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante da contratante, bem como emissão de relatório, conforme pertinência.

14. DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do contrato caberá ao servidor designado Gestor de Contratos, Sr. Wagner José da Silva, conforme ato da mesa vigente.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO OU PAGAMENTO

- 15.1.** O pagamento será realizado através de boleto bancário, com vencimento mínimo de 10 dias úteis contados da finalização da liquidação.
- 15.2.** Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal e enviar para o e-mail faturamento@camaraaruja.sp.gov.br.
- 15.3.** O prazo de liquidação será de até 05 dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.
- 15.4.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 15.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE
- 15.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.8.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.
- 15.9.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 16.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, modalidade PREGÃO, lote único, Tipo Menor Preço.
- 16.2** Justifica-se a aquisição por lote único, tendo em vista as características do sistema único multiplataforma.
- 16.3** Esta contratação inclui o fornecimento de equipamentos e licenças necessários por um período de 12 meses, bem como o suporte operacional conforme detalhado no presente Termo de Referência.
- 16.4** Ademais, os princípios de economicidade e eficiência são respeitados, garantindo que os recursos públicos sejam usados de maneira responsável e sustentável.
- 16.5** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

c) Relação de apenados no TCE / SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

16.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.7 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

16.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

b) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) CARTÃO CNPJ;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

17 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: (art.6º, XXIII, i)

17.1 Objetivando definir estimativa de valor da contratação, a comissão de licitações procedeu a pesquisa de mercado chegando ao valor estimado de R\$ 257.354,50 (duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

17.2 Considerando que o objeto requisitado tem itens com características específicas de sistema e integração com sistema legislativo atual, e de acordo com o ambiente ao qual serão instalados, as solicitações de orçamento foram realizadas através de pesquisa na internet, orçamentos com as empresas especializadas do ramo, e contrato atual de prestação dos serviços.

18 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Municipal.

18.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.00.00.01.02.00.01.02.01.01.0310002.2002.3.3.90.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.

19 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Elaboração de minuta de contrato que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

20.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

20.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

20.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.

20.4 Proceder à publicação do extrato de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial.

20.5 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

20.6 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

20.7 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 A CONTRATADA se obriga a executar o objeto em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

21.2 Manter durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.3 A CONTRATADA terá inteira responsabilidade pelo (s) produto (s) e serviços que fornece, para manutenção de acordo com as especificações constantes neste Termo, bem como da respectiva proposta;

21.4 Reparar, corrigir, substituir, às expensas, todo ou em parte, o (s) produto (s), serviço (s) objeto (s) deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 21.5 Responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos serviços fornecidos;
- 21.6 Deverá prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação;
- 21.7 A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução do serviço;
- 21.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 21.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 21.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

22 RESCISÃO E SANÇÕES

- 22.1 O não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizam, desde já, a CONTRATANTE a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial.
- 22.2 Aplicam-se a este Contrato as sanções estipuladas na lei 14.133/21. 20.3 - No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos do CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.
- 22.3 A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- 22.4 A aplicação das penalidades não impede a CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.
- 22.5 No caso de a CONTRATADA encontrar-se em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
- 22.6 No caso de a CONTRATADA encontrar-se em situação de recuperação extrajudicial, o



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

descumprimento do plano de recuperação ensejara a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

- 22.7 O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:
- a. Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
 - b. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.
 - c. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizado a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos na proposta comercial ou contrato.
- 22.8 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:
- a. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
 - b. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 22.9 O objeto não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração Câmara Municipal, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.
- 22.10 As multas referidas neste contrato não impedem a aplicação de outras sanções previstas na lei 14.133/21.

Arujá, 13 de novembro de 2024

Giuliano Kenji Yamashita

Encarregado Técnico de Informática



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO II

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 01/2024, da Câmara Municipal de Arujá, declaro, sob as penas da lei, que a empresa:

- a) Não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.
- g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Câmara, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- i) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Obs: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____ (nome completo), RG n.º _____ representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão n.º 01/2024, realizado pelo Legislativo Municipal de Arujá, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

Obs: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato _____ convocatório, _____ que _____ a _____ empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 01/2024, realizado pela Câmara Municipal de Arujá.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

Obs: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO V

PROPOSTA COMERCIAL

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

PROCESSO Nº 20.392/2024

EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL:				
NOME FANTASIA:				
ENDEREÇO:				
CNPJ:				
INSCRIÇÃO ESTADUAL:				
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:				
TELEFONE:				
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO				
NOME:				
RG:				
CPF:				
E-MAIL PROFISSIONAL:				
E-MAIL PESSOAL:				
PROPOSTA COMERCIAL- PLANILHA DE CUSTOS GERAL				
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ANUAL)
1	1	Contratação de empresa para prestação de serviços de captação de áudio e vídeo; produção; gravação e transmissões, ao vivo e via web, das sessões plenárias e eventos da Câmara Municipal de Arujá com fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários. Pelo prazo de 12 meses.	R\$.....	R\$.....
VALOR TOTAL GLOBAL:			R\$.....	
VALOR POR EXTENSO:				

Validade da Proposta:

DECLARO TER CONHECIMENTO DE TODOS OS TERMOS DA PRESENTE LICITAÇÃO, BEM COMO ESTAR DE PLENO ACORDO COM SUAS NORMAS E EXIGÊNCIAS.

Data ____/____/2024.

Carimbo e assinatura

Obs: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO N.º 20.392/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATO N.º * DE DD/MM/2024**

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; PRODUÇÃO; GRAVAÇÃO E TRANSMISSÕES, AO VIVO E VIA WEB, DAS SESSÕES PLENÁRIAS E EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PELO PRAZO DE 12(DOZE) MESES, QUE FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ E A EMPRESA (nome da empresa contratada).

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ**, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.478.652/0001-16, localizada na Rua Rodrigues Alves, n.º 51 - Centro - Arujá/SP - CEP 07400-575, neste ato representada pelo Vereador Sr. **REYNALDO GREGORIO JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.851.649-8 e do CPF n.º 027.334.548-62, residente e domiciliado à Gentile Pezzoli Santangelo, n.º 25 – Jardim Renata - Arujá/SP - CEP 07402-025, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **(nome da empresa contratada)**, inscrita no CNPJ sob o n.º (CNPJ), com sede na (endereço), representada pelo Senhor **(nome completo do sócio)**, portador do RG n.º (número do RG) e do CPF n.º (número do CPF), residente e domiciliado à (endereço do sócio), doravante denominado como **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, na modalidade de (modalidade), com fundamento no (inciso, artigo e Lei), com as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; PRODUÇÃO; GRAVAÇÃO E TRANSMISSÕES, AO VIVO E VIA WEB, DAS SESSÕES PLENÁRIAS E EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PELO PRAZO DE 12(DOZE) MESES.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

1.2. Consideram-se partes integrantes deste Contrato os seguintes documentos:

1.2.1. Termo de Referência, fls. XX a XX;

1.2.2. Proposta financeira de DD/MM/AAAA, apresentada pela **CONTRATADA**, fls. XX a XX;

1.2.3. Nota de empenho n.º ** de DD/MM/AAAA.

1.3. Regime de execução por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ valor em numeral (valor por extenso) a ser pago, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do ateste da nota fiscal/fatura, através de depósito em conta corrente ou boleto em nome da CONTRATADA. À vista de nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas.

2.2. A despesa total de R\$ R\$ 257.354,50 (Duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), onerará a seguinte dotação orçamentária:

01.00.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

01.02.00 - SECRETARIA DA CÂMARA

01.02.01 - SECRETARIA DA CÂMARA

01.0310002.2002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

01.00.00.01.02.00.01.02.01.01.0310002.2002.3.3.90.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO.

NOTA DE EMPENHO N.º ** de DD/MM/AAAA – PEDIDO N.º **/2024

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data indicada pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ na Autorização para Início dos Serviços, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

3.2. O prazo para entrega do objeto é de até 10 (dez) dias consecutivos e ininterruptos, contados da data indicada pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ na Autorização para Entrega do Objeto.

3.3. A Autorização para entrega do objeto será expedida pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ no prazo de até 10 (dez) dias úteis, e será acompanhada pelo Gestor de Contratos/Departamento de Informática, devendo relatar eventual ocorrência relacionada com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 3.4. As prorrogações do prazo de execução serão formalizadas mediante celebração dos termos de aditamento a este contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 3.5. A não prorrogação contratual por conveniência da CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ não gerará à **CONTRATADA**, direito a qualquer espécie de indenização.
4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES**
- 4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, nas cláusulas deste instrumento e na proposta por ela apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.2. O objeto será recebido pelo Gestor de Contratos/Encarregado de Informática da **CONTRATANTE**, que expedirá o Recibo e o Atestado de Entrega do Objeto em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do Objeto;
- 4.3. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado;
- 4.4. O local de entrega dos bens/serviços será no endereço da **CONTRATANTE**;
- 4.5. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** contra a **CONTRATANTE**, e apresentadas para o Gestor de Contratos;
- 4.6. O recebimento não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços prestados.
5. **CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**
- 5.1. A verificação da execução do objeto contratado ficará a cargo do Gestor de Contratos/Encarregado Técnico de Informática;
- 5.2. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, à CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:
- 5.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo-lhe, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**, efetivando avaliação periódica;
- 5.2.2. Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades ou às normas vigentes.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado pelo Departamento de Contabilidade da **CONTRATANTE**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e ateste da nota fiscal/fatura, através de depósito em conta corrente ou boleto em nome da **CONTRATADA**;
- 6.2. Para efeito de pagamento a **CONTRATADA** encaminhará os documentos de cobrança para o Departamento de Compras, e-mail faturamento@camaraarujá.sp.gov.br;
- 6.3. Conforme legislação vigente, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta;
- 6.4. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente;
- 6.5. Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal;
- 6.6. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções;
- 6.7. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ;
- 6.8. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o Gestor de Contratos/Comissão de Fiscalização no prazo de 2 (dois) dias;
- 6.9. Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação;
- 6.10. A CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, na qualidade de responsável tributário, deverá reter e recolher a importância correspondente ao ISSQN, na forma da legislação vigente;
- 6.11. Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 6.12. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e seus anexos a serem publicados;
- 7.2. Manter durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.3. A **CONTRATADA** terá inteira responsabilidade pelo(s) produto(s) e serviços que fornece, para manutenção de acordo com as especificações constantes neste Termo, bem como da respectiva proposta;
- 7.4. Reparar, corrigir, substituir, às expensas, todo ou em parte, o(s) produto(s) objeto(s) deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 7.5. Responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos serviços fornecidos;
- 7.6. Deverá prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação;
- 7.7. A **CONTRATADA** deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução do serviço;

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor especialmente designado;
- 8.3. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços;
- 8.4. Expedir o Atestado de Entrega do Objeto, no prazo estipulado;
- 8.5. Fiscalizar o efetivo cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência, como também deste contrato;
- 8.6. O servidor designado iniciará sua atuação no acompanhamento e fiscalização propriamente ditos:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- a) com o registro de ocorrências da execução contratual que entender apropriado ao tipo de contrato e às atividades que lhe foram atribuídas e nas cláusulas contratuais.
 - b) o registro dar-se-á mediante processo, no qual anexará todas as manifestações, relatórios e documentos, em formato de livro ou em formato de relatório, sendo as folhas devidamente numeradas.
- 8.7. Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços contratados.
- 8.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 8.9. Anterior a lavratura do Termo de Encerramento o Gestor/Comissão deverá utilizando os meios pertinentes e invocando as diligências necessárias verificar a existência de eventual saldo remanescente de dotação orçamentária destinada as despesas do contrato não liquidadas.
- 9. CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
- 9.1. Objetivo: O objetivo desta cláusula é estabelecer as regras para o tratamento de dados pessoais durante a vigência do presente contrato entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ e a empresa (nome da empresa contratada).
- 9.2. Definições: Para fins desta cláusula, consideram-se "dados pessoais", informações relacionadas a pessoas identificadas ou identificáveis.
- 9.3. Responsabilidade: A empresa (nome da empresa contratada) será a responsável pelo tratamento de dados pessoais coletados, armazenados e utilizados durante a vigência do presente contrato. A CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ deverá fornecer apenas os dados necessários para a execução do objeto contratado.
- 9.4. Finalidade: Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para fins relacionados à execução do presente Contrato, incluindo, mas não se limitando, a prestação de serviços, a cobrança de pagamentos e o cumprimento de obrigações contratuais.
- 9.5. Segurança: A empresa (nome da empresa contratada) deverá adotar medidas de segurança adequadas para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, incluindo medidas técnicas e administrativas.
- 9.6. Retenção: Os dados pessoais serão armazenados pelo prazo necessário à execução do presente contrato e serão descartados de forma segura após esse período.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

- 9.7. Direitos dos titulares de dados: Os titulares dos dados pessoais têm o direito de acessar, corrigir, excluir e portar seus dados pessoais, bem como de se opor ao tratamento de seus dados pessoais.
- 9.8. Transparência: A empresa (nome da empresa contratada) deverá fornecer informações claras e precisas sobre o tratamento de dados pessoais, incluindo a finalidade e a identidade da parte responsável pelo tratamento.
- 9.9. Conformidade: As partes se comprometem a cumprir todas as leis aplicáveis de proteção de dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 9.10. Atualizações: Esta cláusula poderá ser atualizada a qualquer momento, para se adequar às novas exigências legais ou regulatórias relacionadas à proteção de dados pessoais. Qualquer alteração será comunicada às partes com antecedência razoável.
- 9.11. Responsabilidade em caso de violação: Em caso de violação de dados pessoais, a empresa (nome da empresa contratada) deverá notificar imediatamente a CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ e tomar as medidas necessárias para corrigir a situação e garantir a proteção dos dados pessoais.
- 9.12. Disposições finais: Esta cláusula de proteção de dados faz parte integrante do presente Contrato e prevalecerá sobre quaisquer disposições em contrário. Em caso de conflito entre esta cláusula e quaisquer outras disposições do presente Contrato, a presente cláusula de proteção de dados prevalecerá.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES

- 10.1. Em caso de descumprimento das cláusulas previstas, poderão ser aplicadas todas as sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, observado os princípios do contraditório e ampla defesa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE

- 11.1. O valor devido pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ poderá ser reajustado, pela variação do IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, nos termos do Decreto 48.326, de 12/12/2003.
- 11.2. A atualização dos preços poderá ser processada, em caso de prorrogação do contrato, a cada período completo de 12 (doze) meses, tendo como referência, o mês de apresentação da proposta.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

- 12.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro da cidade de Arujá.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

Arujá, DD de MMMM de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
REYNALDO GREGORIO JUNIOR
PRESIDENTE
CONTRATANTE

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME COMPLETO DO SÓCIO)
(CARGO)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

WAGNER JOSÉ DA SILVA
RG N.º 30.195.426-4 SSP/SP
Gestor de Contratos
Portaria n.º 2.878 de 29/07/2024

(NOME DO SERVIDOR APOIO)
RG N.º (NÚMERO DO RG)
(CARGO)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP
INSTRUÇÃO N.º 01/2020 ATUALIZADA EM 16/12/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

CNPJ N.º: 58.478.652/0001-16

CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA CONTRATADA)

CNPJ N.º: (CNPJ)

CONTRATO N.º * DE DD DE MMM DE 2024**

DATA DE ASSINATURA: DD/MM/2024

VIGÊNCIA: 12 MESES

OBJETO: ().

VALOR: R\$ valor em numeral (valor por extenso)

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Arujá, DD de MMM de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
REYNALDO GREGORIO JUNIOR
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
INSTRUÇÃO N.º 01/2020 ATUALIZADA EM 16/12/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
CONTRATO N.º: * DE DD DE MMM DE 2024**
OBJETO: ()

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Câmara Municipal de Arujá, DD de MMM de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJÁ FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR - Cargo: PRESIDENTE - CPF: 027.334.548-62

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR - Cargo: PRESIDENTE - CPF: 027.334.548-62

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELA CONTRATANTE:

Nome: REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR - Cargo: PRESIDENTE

CPF: 027.334.548-62 - RG: 11.851.649-8 - Data de Nasc.: 28/08/1959

End. Resid.: Gentile Pezzoli Santangelo, n.º 25 – Jardim Renata - Arujá/SP - CEP 07402-025

E-mail Institucional: reynaldinho@camaraarujá.sp.gov.br

E-mail Pessoal: reynaldinho@camaraarujá.sp.gov.br

Telefone(s): (11) 4652-7000 - (11) 9.2017-2166

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: (NOME COMPLETO DO SÓCIO) - Cargo: (CARGO)

CPF: (número do CPF) – RG: (número do RG) – Data de Nasc.: DD/MM/AAAA

End. Resid.: (endereço do sócio)

E-mail institucional: (indicar e-mail institucional)

E-mail pessoal: (indicar e-mail pessoal)

Telefone(s): (indicar telefone)

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 027.334.548-62

Assinatura: _____

GESTOR DE CONTRATOS:

Nome: WAGNER JOSÉ DA SILVA

Cargo: ESCRITURÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO

CPF: 265.643.988-40

Assinatura: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

CADASTRO DO RESPONSÁVEL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

Nome:	REYNALDO GREGORIO JUNIOR
Cargo:	PRESIDENTE
CPF:	027.334.548-62
RG:	11.851.649-8
Data de nascimento:	28/08/1959
Endereço residencial:	Gentile Pezzoli Santangelo, n.º 25 – Jardim Renata - Arujá/SP - CEP 07402-025
E-mail institucional:	reynaldinho@camaraaruja.sp.gov.br
E-mail pessoal:	reynaldinho@camaraaruja.sp.gov.br
Telefone residencial:	(11) 9.2017-2166
Telefone comercial:	(11) 4652-7000
Telefone celular:	(11) 9.2017-2166
Período de gestão:	22/05/2024 A 31/12/2024

Arujá, DD de MMMM de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
REYNALDO GREGORIO JUNIOR
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ORDEM DE SERVIÇO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ**, inscrita no CNPJ sob n.º 58.478.652/0001-16, localizada na Rua Rodrigues Alves, n.º 51 – Centro – Arujá/SP - CEP 07400-575, neste ato representada pelo Vereador Sr. **REYNALDO GREGORIO JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.851.649-8 e do CPF n.º 027.334.548-62, residente e domiciliado à Gentile Pezzoli Santangelo, n.º 25 – Jardim Renata - Arujá/SP - CEP 07402-025, expede a presente **ORDEM DE SERVIÇO**, autorizando a empresa **(nome da empresa contratada)**, inscrita no CNPJ sob o n.º (CNPJ), com sede na (endereço), representada pelo Senhor **(nome completo do sócio)**, portador do RG n.º (número do RG) e do CPF n.º (número do CPF), residente e domiciliado à (endereço do sócio), a **INICIAR** a Entrega do Objeto do Contrato n.º ***/2024, Processo n.º (número do processo). A execução do Contrato será acompanhada pelos servidores **WAGNER JOSÉ DA SILVA**, Escriturário Técnico Legislativo, designado para a função de Gestor de Contratos, conforme Portaria n.º 2.878 de 29/07/2024 e **(nome do servidor apoio)**, (cargo do servidor apoio).

Câmara Municipal de Arujá, DD de MMMM de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
REYNALDO GREGORIO JUNIOR
PRESIDENTE
CONTRATANTE

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME COMPLETO DO SÓCIO)
(CARGO)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

WAGNER JOSÉ DA SILVA
RG N.º 30.195.426-4 SSP/SP
Gestor de Contratos
Portaria n.º 2.878 de 29/07/2024

(NOME DO SERVIDOR APOIO)
RG N.º (NÚMERO DO RG)
(CARGO)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. ARUJA FLS: _____

PROC. Nº: 20.392/2024

DATA: / / _____

ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA _____, com sede na Rua _____, nº _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob nº _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente (ou gerente) Senhor (a) _____, brasileiro (a), estado civil, profissão, residente e domiciliado (a) nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Senhor (a) _____, estado civil, profissão, portador (a) da cédula de identidade, RG nº _____ e do CPF/MF, sob nº _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2024, instaurado Câmara Municipal de Arujá, em especial para firmar declarações, atas e contratos, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

_____, ____ de _____ de 2024.

(representante legal da empresa, com firma reconhecida)

(carimbo do CNPJ/MF)

OBS. ELABORAR PROCURAÇÃO COM O TIMBRE DA EMPRESA